

Presidente lança o pacote ecológico

JORNAL DE BRASÍLIA

Sarney

Mino Pedrosa

13 OUT 1988

“A luz vermelha que despertou no Presidente a necessidade de proteger o meio ambiente foi um levantamento do Instituto de Pesquisas Espaciais, que num só dia monitorizou seis mil focos de incêndio em todo o País, confessou o presidente José Sarney no discurso que fez durante o lançamento do programa Nossa Natureza, um conjunto de medidas destinadas a reorientar a política ecológica do governo. O programa, que será coordenado pela Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Saden) — criada para substituir a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional — abrange a Amazônia Legal e os Estados que são cortados pela Mata Atlântica.

Numa solenidade concorrida, com as presenças dos ministros da Agricultura, Iris Rezende; do Interior, João Alves; da Fazenda, Maílson da Nóbrega; do Planejamento, João Batista de Abreu; do SNI, General Ivan de Souza Mendes; do Gabinete Militar, general Rubem Bayna Denys e a do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o presidente Sarney adotou três medidas práticas para alcançar os objetivos do programa. Foram suspensos, por 90 dias, os créditos e incentivos para projetos agropecuários na Amazônia Legal e Mata Atlântica, proibidas as exportações de madeira em tora e reorientados os critérios do Ministério da Reforma Agrária para projetos de colonização e assentamento.

De acordo com o presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, José Carlos Carvalho, a suspensão de créditos e incentivos a projetos agropecuários na Amazônia e Estados cortados pela Mata Atlântica é fundamental para evitar as queimadas, que somente este ano atingiram 20 mi-



Sarney lança o Nossa Natureza, para preservar o meio ambiente

lhões de hectares da floresta amazônica, sendo que seis milhões em áreas novas, ainda sem ocupação agropecuária. “Antes de toda queimada vem a derrubada de árvores, feita pelos agricultores para criar novas áreas de plantio e pastagem”, explicou, acrescentando que sem incentivos governamentais deve diminuir o interesse por essa atividade na região.

“O processo de devastação da Mata Atlântica no Espírito Santo foi patrocinado pelo IBC para a implantação de cafeiculturas”, exemplificou José Carlos Carvalho. O presidente do IBDF admitiu que uma das principais dificuldades para a execução do projeto será adotar métodos de fiscalização eficientes.

O presidente José Sarney criou seis grupos de trabalho, que serão os responsáveis pela implantação efetiva do programa Nossa Natureza, inclusive determinando critérios de fiscalização. Para reprimir o contrabando de madeira em tora, já que a exportação foi proibida, serão acionados o IBDF, a Sema e o DPF.

Não houve nenhuma definição sobre a fusão de órgãos que trabalham com o meio ambiente, o que só deverá ocorrer ao final dos 90 dias de prazo que os grupos de trabalho têm para concluir seu trabalho. O presidente do IBDF informou que haverá uma revisão orçamentária dos Ministérios envolvidos no programa.

AS PRINCIPAIS MEDIDAS

As principais medidas aprovadas pelo presidente José Sarney dentro do programa Nossa Natureza, que visa reorientar a política governamental de preservação do meio ambiente, foram as seguintes:

- Programa de Defesa do Ecossistema da Amazônia legal com o objetivo de conter a ação predatória do meio ambiente, estruturar o sistema de proteção ambiental, promover a educação ambiental e a conscientização pública, disciplinar a ocupação e exploração de recursos naturais, regenerar os ecossistemas afetados e proteger as comunidades indígenas e as populações dedicadas ao extrativismo;

- Formação de seis grupos de trabalho para estudar medidas nas seguintes áreas:

- Proteção da cobertura florística; a

- Contenção dos riscos para o meio ambiente de substâncias químicas e processos inadequados de mineração;

- Fortalecimento da estrutura governamental e das instituições de proteção ambiental;

- Educação ambiental e conscientização pública;

- Desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais renováveis;

- Disciplinamento da ocupação e exploração da Amazônia legal;

- Proibição de incentivos e utilização de créditos governamentais para projetos agropecuários na Amazônia legal e Mata Atlântica;

- Proibição das exportações de madeira em tora;

- Determinação ao Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária para que revele os critérios de implantação de projetos de colonização e assentamento.